

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 031/2015

Revoga a Lei Municipal nº 2.976/2013 e Autoriza o Município de Selbach a firmar Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), visando a colaboração mútua, dando as providências.

Prefeito Municipal de Selbach-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, inciso II, da Lei Orgânica do Município, remete a apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de convênio *para prestação de mútua colaboração com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul*, objetivando o auxílio aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, visando a possibilitar o funcionamento do Cartório Eleitoral e a realização de eleições, conforme segue:

- a. Em anos de eleição, referendo ou plebiscito, serão colocados pelo Município à disposição do TER em caráter excepcional, servidores de seu quadro próprio, ocupantes de cargo efetivo, em número suficiente para o atendimento dos serviços, cuja a permanência no Cartório limitar-se-á a 90 dias, em período a ser definido entre o Juiz Eleitoral e o Prefeito, conforme estabelece a alínea “g”; e em caso de eleição, referido período deverá recair entre o primeiro dia do registro de candidaturas e a diplomação.
- b. Na hipótese de necessidade de revisão do eleitorado, com coleta de dados biométricos dos eleitores dos municípios conveniados que integram a comarca, serão colocados pelo Conveniado à disposição do Conveniente, em caráter excepcional, servidores de seu quadro próprio, ocupantes de cargo efetivo, em número suficiente para o atendimento dos serviços, cuja permanência no Cartório limitar-se-á ao período estipulado para a revisão eleitoral, em período a ser definido entre o Juiz Eleitoral e o Prefeito, conforme estabelece a alínea “g”;
- c. Em anos de eleição serão colocados pelo Conveniado, à disposição do Conveniente, viaturas e combustível, destinados ao atendimento dos serviços eleitorais, em número a ser acertado entre o Prefeito Municipal e o Juiz Eleitoral, com antecedência mínima de 30 dias antes das eleições.
- d. Todo e qualquer auxílio será suportado pelos Municípios conveniados que integram a Comarca, proporcionalmente ao seu eleitorado, e será administrado pelo Executivo Municipal relativamente ao seu recebimento, uso, liquidação da despesa, pagamento e prestação de contas.
- e. Em anos de Eleição, referendo ou plebiscito, o Conveniente se compromete, no prazo acertado entre as partes, a formular, de acordo com o calendário eleitoral,

um plano de trabalho contendo uma previsão estimada das necessidades para o atendimento dos serviços eleitorais, tais como: número de servidores a serem cedidos, quantidade de viaturas necessárias, entre outros considerados relevantes.

- f. Em anos de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos o Conveniente se compromete, no prazo acertado entre as partes, a formular um Plano de trabalho uma previsão do número de servidores a serem cedidos, com intuito de atender a demanda relacionada com o cadastramento biométrico.
- g. Em anos de Eleição, referendo ou plebiscito ou revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos, o Conveniente se compromete, no prazo acertado entre as partes, a apresentar ofício relativo à cedência do servidor, especificando a data inicial e a data final da permanência do servidor, nos limites estabelecidos nas alíneas “a” e “b”.

Art. 2º. - Os recursos destinados a cobertura das despesas autorizadas pela presente Lei, correrão por conta da rubrica orçamentária própria de vencimentos, e se necessário será aberto crédito suplementar, sem ônus para a Justiça Eleitoral.

Art. 3º. - A validade do objeto aqui tratado vigorará pelo período de 1º de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2016, de acordo com o estabelecido em Convênio de Prestação de Mútua Colaboração.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 2.976/2013.

Art. 5º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação e publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

GABINETE DO PREFEITO, em 08 de maio de 2015.

SERGIO ADEMIR KUHN
Prefeito de Selbach

Registre-se, publique-se e
Cumpra-se, em 08.05.2015

Marli Teresinha Tonello Reis
Secretária de Administração,
Fazenda e Planejamento

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 031/2015
DE 08 DE MAIO DE 2015**

MENSAGEM

ASSUNTO: Autoriza o Município de Selbach a firmar Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), visando á colaboração mútua, dando as Providências.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME NORMAL

FUNDAMENTAÇÃO: Competência da Lei Orgânica do Município, artigo 56º, inciso IV.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Anexo encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal n.º 031/2015 para o qual pedimos apreciação no regime normal desta Casa.

O referido Projeto de Lei dispõe sobre a assinatura de Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), visando a colaboração.

O Projeto visa a obtenção de indispensável autorização para realização do Convênio que se encontra em anexo. Este Convênio, se revela fundamental em virtude de dar continuidade às atividades e à qualidade dos serviços cartorários da 109ª Zona Eleitoral.

O município realizará a cedência de servidor para auxiliar nas funções estabelecidas nas alíneas “b” e “g” da presente Lei.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

SERGIO ADEMIR KUHN
Prefeito Municipal

**EXMA SRª.
LISETE TONELLI BAUMGRATZ
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
-NESTA-**